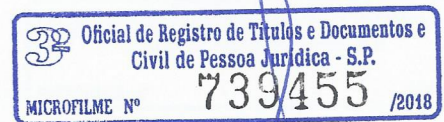


**SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO
DA CIÊNCIA - SBPC**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017**

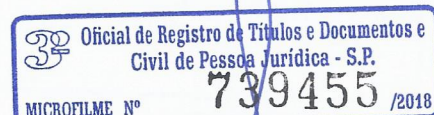


**SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO
DA CIÊNCIA - SBPC**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017**

pe



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência - SBPC
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência - SBPC** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência - SBPC** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência - SBPC**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade das operações

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, a **Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência - SBPC** depende de recursos governamentais, locações de eventos e prestação de serviços para a continuação de suas operações, além disso, nos últimos anos a Entidade vem apresentando déficits seguidos e seu patrimônio apresenta-se negativo no montante de R\$ (130.543). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de maio de 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA - SBPC

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Disponibilidades			8.181	Empréstimos e financiamento	2.7		380
Caixa numérico		477	914.260	Fornecedores	2.7	660.227	48.947
Bancos conta movimento		1.246	240.656	Obrigações tributárias a recolher	5	240.656	121.336
Títulos e valores mobiliários - Mercado de capital interno		2.828.954	4.340.229	Obrigações trabalhistas	6	318.170	322.855
	3	2.830.677	5.262.670	Outras obrigações	2.7	114.672	51.290
Valores a receber				Recursos de convênios	7	322.337	2.183.655
Duplicatas a receber		238.787	327.667	Total do passivo circulante		1.656.062	2.728.463
Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa							
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		(238.787)	(320.787)				
			6.880				
Outros créditos				Não circulante			
Adiantamentos a terceiros	2.5	16.362	11.644	Obrigações tributárias	8	2.811.244	2.973.882
Adiantamentos a funcionários	2.5	29.221	29.127	Total do passivo não circulante		2.811.244	2.973.882
Depósitos judiciais		82.013	17.919				
Impostos a recuperar		39.917	20.818				
Títulos e valores mobiliários		15.170	32.000				
		182.683	111.508				
Total do ativo circulante		3.013.360	5.381.058	Patrimônio social			
				Superávit (Déficit) acumulados		(130.543)	1.051.732
Não circulante				Total Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(130.543)	1.051.732
Imobilizado							
Imóveis		1.518.878	1.486.048				
Equipamentos telefônicos		44.997	44.997				
Equipamentos de informática		255.887	247.414				
Máquinas, equipamentos e instalações industriais		120.633	120.633				
Móveis e utensílios		155.029	151.887				
Instalações		54.629	42.779				
Beneficiárias em imóveis de terceiros		110.800	110.800				
(-) Depreciações acumuladas		(965.109)	(862.866)				
Total do ativo imobilizado	4	1.295.744	1.341.692				
Intangível							
Sistema de aplicativos e software - Leasing		128.570	125.889				
(-) Amortizações acumuladas	4	(100.911)	(94.562)				
		27.659	31.327				
Total do ativo não circulante		1.323.403	1.373.019				
Total do ativo		4.336.763	6.754.077	Total do passivo e do patrimônio líquido		4.336.763	6.754.077

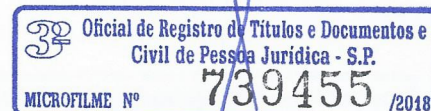
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA - SBPC

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)



	Nota explicativa	2017	2016
Receitas			
Recursos governamentais	11	2.268.000	3.835.547
Receita de patrocínios		200.000	-
Receita de anuidades		171.040	256.265
Receita bruta com serviços ao Brasil	12	265.824	608.370
Receita bruta com serviços ao Exterior		-	4.000
Receitas com locações	13	1.352.000	706.000
Receitas com assinaturas de revistas		2.208	680
Receitas com trabalho voluntário	10	230.692	129.668
Total das receitas		4.489.764	5.540.530
Deduções das receitas			
Cofins		(39.522)	(99.932)
ISS		(20.391)	(24.328)
Devolução de inscrições		(5.193)	(6.486)
Total da dedução das receitas		(65.106)	(130.746)
Total da receita líquida		4.424.658	5.409.784
Total do resultado bruto		4.424.658	5.409.784
Despesas administrativas			
Pessoal administrativo	14	(3.366.523)	(3.377.144)
Ocupações		(82.559)	(106.013)
Manutenção e reparos		(34.731)	(60.654)
Utilidades e serviços		(203.966)	(241.930)
Despesas Gerais	15	(837.381)	(1.003.702)
Legais e judiciais		(5.324)	(2.438)
Serviços profissionais pessoas jurídicas	16	(887.668)	(685.480)
Veículos		(3.966)	(1.295)
Trabalho voluntário	10	(230.692)	(129.668)
Impostos e taxas		(57.226)	(45.098)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)		70.000	(320.787)
Total de despesas administrativas		(5.640.036)	(5.974.208)
Resultados financeiros		(22.356)	(715.023)
Resultados não operacionais			
Outras receitas		55.459	-
Déficit do exercício		(1.182.275)	(1.279.447)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA - SBPC



Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	2017	2016
Déficit do exercício	(1.182.275)	(1.279.447)
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	(1.182.275)	(1.279.447)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

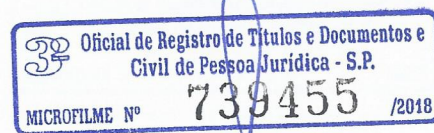
SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIENCIA - SBPC

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.840.591	490.588	2.331.179
Transferência do superávit do exercício anterior	490.588	(490.588)	-
Déficit do exercício	-	(1.279.447)	(1.279.447)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.331.179	(1.279.447)	1.051.732
Transferência do déficit do exercício anterior	(1.279.447)	1.279.447	-
Déficit do exercício	-	(1.182.275)	(1.182.275)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.051.732	(1.182.275)	(130.543)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



pe

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA - SBPC

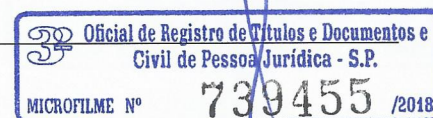
Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)



	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício		
Déficit do exercício	(1.182.275)	(1.279.447)
Depreciação e amortização	108.592	128.718
Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(82.000)	320.787
Total	(1.155.683)	(829.942)
Redução (aumento) de ativos		
Valores a receber	88.880	(82.880)
Adiantamentos a fornecedores	(4.718)	(10.815)
Adiantamentos a terceiros	-	351.140
Adiantamentos a empregados	(95)	6.891
Impostos a recuperar	(19.098)	(16.268)
Depósitos judiciais	(64.093)	(11.719)
Titulos e valores mobiliários	16.830	-
Redução (aumento) de passivos		
Fornecedores	611.280	40.339
Obrigações tributárias	119.320	(66.647)
Obrigações trabalhistas	(4.684)	3.192
Recursos de convênios	(1.861.319)	(1.841.194)
Outras obrigações	63.382	23.302
Total	(1.054.315)	(1.604.658)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(2.209.998)	(2.434.601)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Baixa de Bens do Imobilizado	-	2.363
Aquisições de Bens do Imobilizado	(58.976)	(25.675)
Caixa lconsumido nas atividades de investimento	(58.976)	(23.312)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obrigações tributárias de longo prazo	(162.639)	729.952
Empréstimos e financiamentos	(380)	380
Caixa líquido proveniente/(consumido) das atividades de financiamento	(163.019)	730.332
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(2.431.993)	(1.727.580)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.262.670	6.990.250
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.830.677	5.262.670
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(2.431.993)	(1.727.580)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em Reais)



1. Contexto operacional

A associação civil Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC ("Entidade ou SBPC") foi constituída como Instituto sem fins lucrativos em 17 de junho de 1983, com a finalidade de:

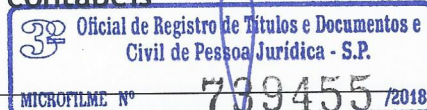
- Contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País;
- Promover e facilitar a divulgação e a cooperação do conhecimento científico entre os pesquisadores;
- Zelar pela manutenção de elevado padrão de ética entre os cientistas e em suas relações com a Entidade;
- Defender os interesses dos cientistas, tendo em vista o reconhecimento de sua operosidade, do respeito pela sua pessoa, de sua liberdade de pesquisa, de opinião, do direito aos meios necessários à realização do seu trabalho;
- Promover a disseminação do conhecimento científico por meio de ações de divulgação da ciência;
- Estimular a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- Estimular a criação de instrumentos adequados que possibilitem a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis;
- Lutar pela remoção dos empecilhos e incompreensão que embaracem o progresso da ciência;
- Lutar pela efetiva participação da Entidade tomando posição em questões de política científica, educacional e cultural e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que atendam aos reais interesses do país;
- Congregar pessoas e instituições interessadas no progresso e difusão da ciência;
- Apoiar associações que visem a objetivos semelhantes;
- Representar aos poderes públicos ou a entidades particulares, solicitando medidas referentes aos objetivos da Entidade;
- Incentivar e estimular o interesse do público com relação à ciência e à cultura;
- Outros objetivos que não colidam com o Estatuto. e Regimento da Entidade, a critério do Conselho ou da Diretoria.

2. Sumário das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002"), combinada com a NBC TG 1000 ("CPC PME") - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Essas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em Reais)



A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da SBPC no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 serão analisadas e colocadas em votação para aprovação na reunião da Comissão de Finanças no dia 28 de maio de 2018; e aprovação do Conselho até o dia 10 de julho de 2018; e Assembleia de Sócios no dia 26 de julho de 2018.

A autorização para emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ocorreu no dia 25 de maio de 2018.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3. Aplicações financeiras

Aplicações financeiras de liquidez imediata estão apresentadas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida ao *superávit/déficit* do exercício.

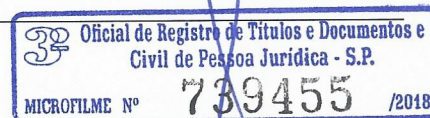
2.4. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou ativos designados pela Entidade, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do *superávit / déficit* no período em que ocorrem.

2.5. Adiantamentos e demais contas a receber

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em Reais)



2.6. Intangível e imobilizado

O intangível e o imobilizado estão apresentados ao custo de aquisição, sendo que a depreciação/amortização é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

2.7. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos financeiros até a data do balanço.

2.8. Provisões

As provisões trabalhistas são constituídas com base na probabilidade/prognóstico estimado por nossos representantes legais e avaliadas pela Administração da Entidade.

2.9. Patrimônio líquido

A transferência do superávit/ (déficit) para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação da assembleia.

2.10. Apuração do superávit/(déficit)

O resultado foi apurado pelo regime de competência dos exercícios.

3. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estavam representados por:

	2017	2016
Caixa	477	8.181
Bancos - conta movimento sem restrição		
Bradesco S.A. - conta 40.096-3	1	1
Itaú S.A. - conta 00081-9 - Recursos Próprios	565	-
Banco do Brasil S.A - C/C 40.064-5 MCT sub 2016	640	-
Banco do Brasil S.A. - conta 4.130-0 - Recursos Próprios	-	15.602
	1.206	15.603
Bancos - conta movimento com restrição		
Banco do Brasil S.A. - conta 36.445-2 CNPQ SNC&C	-	102.323
Banco do Brasil - C/C 37.355-9 CNPQ RA	-	26.466
Banco do Brasil - C/C 38.431-3 SICONV 802136/2014	-	711.279
Banco do Brasil S.A. - C/C 38.621-9	40	39
Banco do Brasil S.A. - C/C 39.470-X MTC SUB 2015	-	58.547
	40	898.655

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em Reais)

	2017	2016
Aplicações financeiras sem restrição		
Itaú S.A. - conta 00081-9 - Aplicação Aut. Mais	12.409	-
Itaú Premium - conta 13.679-5	28.541	385.585
Itaú Premium - conta 00081-9 -	50.988	93.929
Bradesco Invest Plus	1.053	60.791
Banco do Brasil S.A. - conta 4.130-0 CP Automático	709.155	-
Banco do Brasil S.A. - conta 40.064-5	1.182.471	-
Banco do Brasil S.A. - conta 4.130-0 Di.500	6.304	9.451
	1.990.921	549.758
Aplicações financeiras com restrição		
Banco do Brasil S.A. - conta 40.988-X BB RF CP	79.766	-
Banco do Brasil S.A. - C/C 41.176 convenio 844014/17	330.896	586.229
Banco do Brasil S.A. - conta 39.370-3 Poupança	-	34.906
Banco do Brasil S.A. - conta 40.064-5	-	2.446.173
Banco do Brasil S.A. - conta 40.149-8	217.520	358.588
Banco do Brasil S.A. - conta 40.166-8	209.851	324.255
Banco do Brasil S.A. - conta 40.234-6	-	40.319
	838.033	3.790.471
Total de caixa e equivalente de caixa	2.830.677	5.262.669

4. Intangível e imobilizado

O intangível e o imobilizado são apresentados ao custo de aquisição e estão assim demonstrados:

	2017		2016		Taxas anuais de Amortização/ Depreciação (%)
	Custo	(Depreciação) Amortização/ Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	
Intangível					
Softwares	128.570	(100.911)	27.659	31.326	20
Imobilizado					
Imóveis	1.518.878	(445.734)	1.073.114	1.100.462	4
Equipamentos telefônicos	44.997	(16.848)	28.148	32.648	10
Computadores e periféricos	255.887	(231.653)	24.234	26.718	20
Máquinas, aparelhos e equipamentos	120.633	(112.677)	7.956	11.678	10
Móveis e utensílios	155.029	(102.826)	52.203	63.273	10
Instalações	54.629	(32.557)	22.072	14.491	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	110.800	(22.813)	87.987	92.418	4
	2.389.423	(1.066.020)	1.323.403	1.373.019	

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA SBPC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em Reais)

5. Obrigações fiscais e sociais a recolher de curto prazo

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estavam representados por:

	2017	2016
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	29.747	28.555
Imposto de Renda Retido na Fonte - Autônomo	2.642	1.723
3280 - IRRF S/aluguéis	-	1.561
COFINS a recolher	1.520	2.204
Refis a recolher (Nota explicativa nº 9)	168.289	81.272
ISS a recolher	308	877
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Terceiros	796	1.053
ISS retido a recolher	35.045	982
PCC Retido na Fonte a Recolher	2.309	3.106
Total	240.656	121.336

6. Salários e encargos sociais

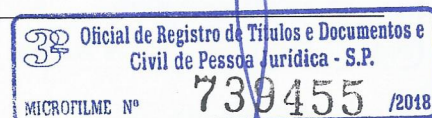
Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estavam representados por:

	2017	2016
FGTS a recolher	14.282	15.816
INSS a recolher	43.890	44.795
Provisão de férias e encargos	256.229	257.754
Provisão de Pis sobre férias	1.933	1.904
Contr. Assist. e confed. a recolher	-	560
PIS sobre folha de pagamento a recolher	1.836	2.023
Total	318.170	322.854

7. Recursos e convênios

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos dos recursos de convênios estavam em R\$ 322.337, (R\$ 2.183.655 em 2016), os quais serão utilizados dentro do estabelecido no projeto básico, aprovado junto à instituição concedente de acordo com as rubricas aprovadas no respectivo Convênio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em Reais)



8. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

O programa de recuperação fiscal (REFIS) foi feito em 3 de outubro de 2000, com prazo de 240 parcelas para atender aos débitos relativos ao INSS, referente ao escritório do Rio de Janeiro, no processo de cisão com o Instituto Ciência Hoje e estão demonstrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, da seguinte maneira:

	2017	2016
Circulante		
Refis a recolher	168.289	81.273
Não circulante		
Refis a recolher	2.811.244	2.973.882
Total	2.979.533	3.055.155

9. Renúncia Fiscal

Imunidade

Nos termos do artigo 150 VI, 'c' da Constituição Federal, a Entidade goza de imunidade de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, conforme artigo 14 do Código Tributário Nacional. A imunidade compreende, em nível federal, o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IR), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto Territorial Rural (ITR); em nível estadual, compreende o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) e, em nível municipal, o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

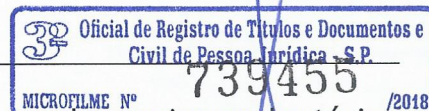
Isenção

A Entidade é isenta da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) conforme o § 1 do artigo 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. As receitas próprias da entidade são isentas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme artigo 14 X da Medida Provisória 2158-35, de 24 de agosto de 2001.

10. Trabalho voluntário

Em atendimento a Resolução CFC nº 1409/1, que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, que interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em Reais)



O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviços voluntários (receita) e administrativa (despesa) e não altera o superávit/déficit do exercício. Para determinação dos valores de trabalho voluntário, foi utilizada uma taxa estabelecida pela diretoria com base em suas remunerações de mercado, aquedada as necessidades da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Em 2017

	Reunião Diretoria	Reunião Conselho	Outras reuniões	Reunião anual	Representações	Total
Quantidade de reuniões	10	3	28	1	21	63
Número médio de participantes	8	24	65	47	1	145
Quantidade total de horas	584	648	1.296	1.880	168	4.576
Valor total da prestação de serviço	<u>38.959</u>	<u>31.068</u>	<u>59.904</u>	<u>84.291</u>	<u>16.470</u>	<u>230.692</u>

Em 2016

	Reunião Diretoria	Reunião Conselho	Outras reuniões	Reunião anual	Representações	Total (R\$)
Quantidade de reuniões	7	2	15	1	38	63
Número médio de participantes	8	25	53	8	1	95
Quantidade total de horas	440	400	672	640	312	2.464
Valor total da prestação de serviço	<u>18.958</u>	<u>14.097</u>	<u>35.040</u>	<u>31.340</u>	<u>30.233</u>	<u>129.668</u>

O custo do trabalho voluntário foi estimado pela Administração da Entidade com base na tabela real de remuneração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), conforme demonstrado.

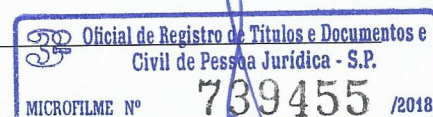
11. Recursos governamentais

O montante de R\$ 2.268.000 (R\$ 3.835.547 em 2016) destinado à Entidade refere-se a valores recebidos do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação destinados à manutenção dos recursos humanos e obrigações patronais da Entidade e para a manutenção de outras despesas e serviços de pessoa jurídica prestados à SBPC.

12. Receita bruta com serviços

O montante de R\$ 265.824 (R\$ 608.370 em 2016) refere-se à receita de serviços prestados ao Brasil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em Reais)



13. Receitas com locações

O montante de R\$ 1.352.000, (R\$ 706.000 em 2016) refere-se a receita obtida com locações de espaços em eventos promovidos pela Entidade, tais como feiras, cursos e reuniões regionais e reunião anual.

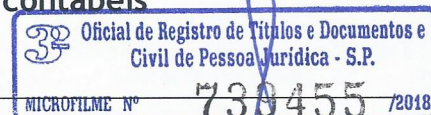
14. Despesas de pessoal

	2017	2016
Salários e ordenados	1.382.434	1.442.930
Bolsa auxílio	38.308	55.840
Previdência	428.241	410.497
FGTS	161.967	125.842
PIS	15.123	15.712
Provisão de férias e encargos	224.233	235.666
Provisão de 13º salário e encargos	188.486	188.490
Aviso prévio e indenizações	102.690	499
Bônus	127.357	124.843
Assistência médica	346.303	426.145
Cesta básica e vale alimentação	189.786	199.369
Vale Transporte	24.718	33.577
Outros gastos com funcionários	3.789	14.519
Serviços de Pessoas Físicas	132.638	89.379
Diárias	450	13.828
Total	3.366.523	3.377.143

15. Despesas gerais

	2017	2016
Diárias	27.915	52.930
Material de Escritório e Informática	20.499	20.021
Viagens e Estadias	325.757	634.750
Contribuições a Associações de Classe	6.328	3.969
Locação de Bens	84.759	6.262
Reprodução e Encadernação	29.974	30.983
Seguros	6.153	5.630
Locação de Veículos	13.552	-
Frete e Carretos	127	-
Material de consumo	3.014	13.746
Depreciação	102.244	110.320
Amortização	6.349	18.035
Lanches e Refeições	24.389	20.132
Eventos	125.253	5.468
Confraternização dos Funcionários	250	-
Despesas Diversas	784	-
Assinaturas	14.354	2.578
Locomoções	35.105	-
Bens de Pequeno Valor	5.710	4.065
Material de Divulgação e Trabalhos e Eventos	4.795	23.363
Transporte de Funcionários e Locomoções	-	49.632
Publicidade	-	897
Livros e Revistas	70	262
Brindes e Presentes	-	659
Total	837.381	1.003.702

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em Reais)



16. Despesas com serviços profissionais - pessoas jurídicas

	2017	2016
Auditoria	26.930	23.418
Consultoria	-	22.000
Contabilidade	94.855	75.214
Serviços de entrega	8.960	16.263
Serviços de Informática	27.253	34.836
Honorários Advocatícios	588.320	382.459
Outros serviços prestados	141.350	131.288
Total	887.668	685.480

17. Tributação

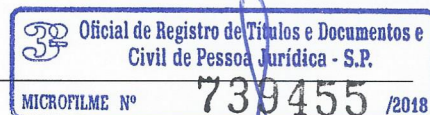
A Entidade é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, assim definidos em seu estatuto social e atende aos requisitos da legislação sendo imune ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e isenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando o cumprimento cumulativamente das condições estabelecidas nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Em relação à contribuição social para Programa de Integração Social (PIS), a Entidade está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, conforme disposto no artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Quanto à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ainda que a entidade seja caracterizada como contribuinte, à alíquota de 7,6%, esta não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias da entidade, conforme o disposto no artigo 14, inciso X da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Define a Lei nº 10.637/02, em seu artigo 8º, e a Lei nº 10.833/03, em seu artigo 10, que as pessoas jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições. Assim, por não haver tratamento específico, as pessoas jurídicas isentas se sujeitam ao regime não cumulativo. Assim, as entidades isentas, alcançadas pelo regime não cumulativo, apesar da incidência de PIS/PASEP somente sobre a folha de salários, se submetem ao Decreto nº 8.426/15 no que diz respeito à COFINS de 4% calculada sobre as receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em Reais)



18. Contingência

18.1. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Entidade é parte em ações de naturezas trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2017	2016
Trabalhistas		
Reclamação trabalhista	1.004.000	1.004.000
Total	1.004.000	1.004.000

18.2. Natureza das contingências

Trabalhista

Refere-se a reclamações trabalhistas referentes ao pagamento de verbas rescisórias (saldo de salário, 13º proporcional, férias proporcionais + 1/3, FGTS + 40% de multa). A Entidade está enquadrada como segunda reclamada (condenação solidária) envolvendo o Instituto Ciência Hoje.

19. Eventos subsequentes

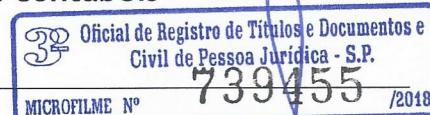
A Entidade foi excluída do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS pela Delegacia Especial de Administração Tributária - DERAT/SP em 22/11/2015, sob o argumento de que os valores pagos pela Entidade são irrisórios. Foram formulados os pedidos de: (i) reconhecimento do direito da Entidade de reinclusão imediata no REFIS, por não ter incorrido em qualquer das hipóteses legalmente estabelecidas de exclusão do referido programa e, (ii) a imediata emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, até que seja ratificada pela Receita Federal do Brasil o novo parcelamento em 300 (trezentas) vezes anuído pela Autora.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA SBPC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em Reais)



Aguarda-se ainda o julgamento do mérito da referida ação na 24ª. Vara Federal, onde o juiz mantém ativa a liminar a favor da SBPC para emissão da CND junto a Receita Federal e Procuradoria Geral da União.

Em 2017 ocorreu a extinção da Ação de Execução Fiscal da 10ª. Vara de Execuções Fiscais.

As ações da 12ª e 13ª. Varas de Execuções Fiscais - estão suspensas aguardando o julgamento mérito e sentença da Ação Ordinária da 24ª. Vara Federal referente aos Débitos Previdenciários excluídos do Refis.

A handwritten signature in blue ink, reading 'Ildeu de Castro Moreira', written over a horizontal line.

ILDEU DE CASTRO MOREIRA
Administrador
CPF: 166.541.456-15